

ESPAÇO ESCOLAR E INCLUSÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE TERRITÓRIO, PODER, TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO

Bruno Ripardo de Aguiar¹

Phelipe Rodrigo Corrêa de Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão teórica sobre o papel das Tecnologias Assistivas (TA) na transformação do espaço escolar em um território mais inclusivo para alunos com deficiência, tomando como lente de análise os conceitos da Geografia. O objetivo central é articular as categorias de território, poder e multiterritorialidade com as possibilidades abertas pelas TAs no processo de ensino-aprendizagem em Geografia. A metodologia adotada é a de um ensaio teórico, baseado em uma revisão bibliográfica de autores como Paul Claval, Claude Raffestin e Rogério Haesbaert, além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em diálogo com a produção acadêmica sobre tecnologia assistiva. A discussão aponta que as TAs funcionam como mediadoras que permitem a alunos com deficiência romper barreiras simbólicas e materiais, exercendo protagonismo na construção do território escolar e superando a condição de passividade imposta por estruturas de poder excludentes. Conclui-se que a integração crítica das TAs no currículo, especialmente no ensino de Geografia, é um ato político de promoção da justiça espacial e da cidadania, fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e plural.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva; Território; Inclusão Escolar; Ensino de Geografia; Poder.

INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto ciência dedicada à investigação da produção e organização do espaço, fornece uma base fundamental para refletirmos sobre o papel das Tecnologias Assistivas na constituição da percepção espacial de alunos com deficiência ou neurodivergentes. Inserir tais recursos no processo de ensino-aprendizagem vai além da mera facilitação de acesso a conteúdos programáticos; trata-se de promover mudanças profundas nas

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, da Universidade Federal do Pará -UFPA. E-mail: brunoripardogeo@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE, da Universidade Federal do Pará -UFPA. E-mail: phellip.rodrico@gmail.com

relações de poder, no sentido de pertencimento e na construção do saber, elementos centrais para a formação da cidadania.

Para compreender essa transformação, é essencial perceber o espaço escolar não como um palco neutro onde a educação acontece, mas como um território geográfico, simbólico e político. Trata-se de um espaço passível de disputa, reorganização e ressignificação, orientado pelas práticas e vivências dos sujeitos que o permeiam. Nesse sentido, o aporte teórico de autores como Paul Claval, Claude Raffestin e Rogério Haesbaert é fundamental para uma análise crítica e inclusiva do espaço escolar, pois permite desvelar as estruturas de poder que muitas vezes excluem e marginalizam.

Claval (1986) argumenta que o território é formado por diversas formas de dominação e autoridade, revelando que o espaço jamais é neutro. Raffestin (1993) expande essa discussão ao definir o território como uma construção relacional e comunicacional, atravessada por códigos e ferramentas que regulam o acesso e a produção espacial. Complementarmente, Haesbaert (2004) propõe o conceito de multiterritorialidade, reconhecendo que os sujeitos habitam múltiplas dimensões territoriais, materiais, afetivas, simbólicas e digitais. O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre como as Tecnologias Assistivas, articuladas ao ensino de Geografia, podem transformar o espaço escolar em um território mais acessível, democrático e plural, promovendo a emancipação espacial e simbólica de alunos com deficiência, em consonância com os princípios da educação inclusiva.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um ensaio teórico de caráter qualitativo e exploratório. A fundamentação metodológica consistiu em uma revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da geografia crítica e humanista, cujos conceitos são basilares para a análise aqui proposta. Para ancorar a reflexão no campo educacional e inclusivo, a pesquisa também se debruçou sobre documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015 - LBI). Por fim, para articular a discussão geográfica com a temática da acessibilidade, foram mobilizados estudos de referência na área de Tecnologia Assistiva, com Costa (2018), cujas definições e análises são fundamentais para compreender o potencial desses recursos na mediação pedagógica. A análise centrou-se, portanto, na correlação entre os conceitos de território, poder e tecnologia, com ênfase no papel das Tecnologias Assistivas como mediadoras da inclusão escolar e da construção de um território educativo mais justo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

A análise do espaço escolar sob a ótica da Geografia Crítica revela um ambiente intrinsecamente político e relacional. Claval (1986) nos oferece a chave para essa leitura ao afirmar que o território é o produto de estratégias de dominação e controle, onde se exercem relações de poder, e nesta perspectiva, aplicando essa ótica à escola, podemos identificar que sua arquitetura, seu currículo e suas práticas pedagógicas hegemônicas muitas vezes configuram um território que exclui. Alunos com deficiência, ao se depararem com barreiras físicas e, sobretudo, simbólicas, têm sua autonomia cerceada e sua capacidade de agir sobre o espaço limitada, posicionando-se, como aponta a literatura, em um local de passividade. Essa dinâmica reproduz, no microcosmo escolar, as desigualdades espaciais e sociais mais amplas.

É nesse contexto que a Tecnologia Assistiva emerge como um dispositivo fundamental para a reconfiguração desse território, como Costa discute a luz da Galvão Filho:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos recursos, metodologias estratégias práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida visando sua autonomia, independência qualidade de vida e inclusão social (COSTA, 2022, p. 18).

As TAs não são meras ferramentas de compensação; são instrumentos de poder, na acepção de Raffestin (1993), pois o poder não é um objeto que se possui, mas uma relação que se estabelece e se manifesta por meio de códigos e instrumentos. Nesse sentido, as TAs funcionam como novos códigos que permitem ao aluno com deficiência acessar e, crucialmente, produzir o espaço. Ao utilizar um mapa tátil para compreender a distribuição de um fenômeno geográfico, ou ao empregar um software de leitura de tela para pesquisar sobre um determinado lugar, o aluno deixa de ser um receptor passivo de informações e se torna um agente ativo na construção do seu conhecimento e, por extensão, do seu território de vivência. Essa ação de mapear, localizar-se e representar são habilidades fundamentais do raciocínio geográfico, que a BNCC elenca como essenciais. O documento explicita que o estudo da Geografia deve permitir aos alunos:

reconhecer: a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais (BRASIL, 2018, p. 361).

A TA, portanto, é o meio que possibilita a alunos com deficiência exercerem plenamente essas competências e essa discussão nos tras a reflexão acerca de, para quem a TA é capaz de auxiliar ou aprimorar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, proporcionando autonomia e emancipação. Essa autonomia e emancipação são, em última

análise, a capacidade de exercer poder sobre si e sobre o espaço? Quando um aluno cego, com o auxílio de um audioguia, pode se deslocar sozinho pelos corredores da escola, ele não está apenas se locomovendo, ele está exercendo um direito, rompendo uma relação de dependência e reconfigurando a geografia do poder escolar. A Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015, corrobora essa visão ao estabelecer a acessibilidade como um direito que visa à promoção da autonomia e da participação em igualdade de condições com as demais pessoas. A escola, ao prover esses recursos, deixa de ser um território da exclusão para se tornar um espaço de direito.

Essa transformação conduz à noção de multiterritorialidade, proposta por Haesbaert (2004). O autor argumenta que o sujeito contemporâneo não vive em um único território, mas transita e experiencia múltiplos territórios, em diferentes escalas e dimensões. No contexto escolar, o aluno com deficiência habita o território físico da sala de aula, o território afetivo de suas relações com os colegas, o território institucional das regras e currículos, e, com a mediação da tecnologia, o território digital e simbólico do conhecimento. As TAs atuam como pontes que conectam essas diferentes territorialidades, permitindo uma vivência mais integrada e rica. Um exemplo prático é a construção de um mapa afetivo do bairro, o croqui, onde alunos com diferentes condições, utilizando recursos como maquetes táteis, gravações de áudio ou softwares de desenho adaptado, podem expressar suas percepções e vivências deste espaço. Trata-se, portanto, de um exercício de ativação da territorialidade, valorizando a experiência subjetiva e singular de cada aluno como ponto de partida para a construção do conhecimento geográfico.

Ao integrar a TA no ensino de Geografia, supera-se a visão da disciplina como mera descrição de fatos e paisagens. A Geografia, assim, incorpora uma prática emancipatória, que fortalece a cidadania ao garantir que o discente possua os instrumentos necessários para compreender, representar e, sobretudo, intervir no espaço em que vive. Entendendo que a tecnologia assistiva, sob esta ótica geográfica, deixa de ser um recurso paliativo e se afirmar como um vetor de justiça espacial, um instrumento para tornar possível a vivência plena e a coautoria do território escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de Tecnologias Assistivas no ensino de Geografia, conforme a reflexão aqui desenvolvida, não se resume à adaptação de conteúdo ou à superação de barreiras físicas, ela representa, acima de tudo, uma ampliação do conceito de cidadania e um ato político de transformação do espaço escolar. Ao possibilitar que alunos com deficiência, por meio desses

recursos, se tornem protagonistas na construção do território escolar, combate-se o apagamento simbólico e a exclusão histórica a que foram submetidos, promovendo-se uma educação verdadeiramente plural, democrática e alinhada aos princípios dos direitos humanos.

Este ensaio demonstrou que, à luz da teoria geográfica contemporânea, as TAs podem atuar como mediadoras indispensáveis para a inclusão escolar, ressignificando as relações de poder e abrindo caminho para a vivência da multiterritorialidade. Como limitação, destaca-se a natureza teórica do estudo, o que aponta para a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem a implementação dessas tecnologias em contextos escolares reais, analisando seus impactos na percepção espacial e na autonomia dos alunos. Para investigações futuras, sugere-se o aprofundamento da articulação entre a geografia, a acessibilidade e a inovação pedagógica, explorando, por exemplo, o potencial das geotecnologias acessíveis e da cartografia tátil na construção de uma escola que, de fato, acolha a todos em sua diversidade.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

COSTA, Jhemerson Dantas. **Tecnologias assistivas na educação básica: um estudo de caso a partir da E. E. Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína-TO**. 2022. 38f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-186.